

Turismo, Cultura e Memória: estudo sobre dois Patrimônios Culturais da Humanidade no Brasil

Tourism, Culture and Memory: study of two World Heritage Sites in Brazil

Turismo, Cultura y Memoria: estudio de dos Sitios Patrimonios Culturales de la Humanidad en Brasil

Ivan Rêgo Aragão¹
Karoliny Diniz Carvalho²

Resumo

O presente estudo tem o objetivo de analisar o processo de patrimonialização, representação e significado cultural do centro histórico de São Luis (Maranhão), e da Praça São Francisco em São Cristóvão (Sergipe), considerados Patrimônios Culturais da Humanidade. Além disso, tem o intuito de descrever seus valores: histórico, sócio-cultural e turístico. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, embasada no aporte teórico, estudo de caso, pesquisa de campo, observação não-participante e análise do discurso. Através da pesquisa em ambos os exemplos estudados, se constatou que os sítios eleitos como patrimônios da humanidade, assumem valor de referência para os moradores enquanto locais de memória, identidade e pertencimento. E, tornam-se potencialmente atrativos turísticos para quem visita a cidade e onde estes espaços estão inseridos.

Palavras-chaves: Lugar, Memória, Turismo, Patrimônio Cultural, UNESCO.

Abstract

This study aims to analyze the process the heritage, representation and cultural significance of the historic center of São Luis (Maranhão), and the São Francisco Square in São Cristóvão city (Sergipe), considered Cultural Heritage of Humanity, and describe their historical values , socio-cultural and tourism. The methodology used was literature research, based on theoretical-conceptual, case study, field research with non participant observation and discourse analysis. Through research in both examples studied, it was found that the sites chosen as the heritage of humanity take the reference value for the residents as a place of memory, identity and belonging. And become potentially tourist attractions for those visiting the city and where these spaces are inserted.

Keywords: Place, Memory, Tourism, Cultural Heritage, UNESCO.

¹ Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC/BA). Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio de Sergipe. Técnico em Conservação de Bens Culturais Móveis Integrados pela Fundação de Arte Ouro Preto/FAOP. Membro do Grupo de Pesquisa “Cultura e Sociedade” da Universidade Federal do Sergipe (UFS). Brasil. ivan_culturaeturismo@hotmail.com

² Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Cultura e Turismo pela UESC. Bacharel em Turismo pela UFMA. Docente do Instituto Federal do Maranhão (IFMA).



Resumen

El presente estudio tiene como objetivo analizar el proceso de patrimonialización, la representación y significado cultural del centro histórico de São Luis (Maranhão), y la Plaza de San Francisco em São Cristóvão (Sergipe), sitios considerados Patrimonios de la Humanidad, y describir sus valores históricos, socio-cultural y turístico. La metodología utilizada fue la literatura de investigación, con base teórica, estudio de caso, investigación de campo con observación no participante y análisis del discurso. A través de la investigación en ambos ejemplos estudiados, se encontró que los sitios elegidos como Patrimonios de la Humanidad, tienen el valor de referencia para los residentes como un lugar de memoria, identidad y pertenencia. Y potencialmente, se convierten en atractivos turísticos para aquellos que visitan la ciudad y donde se insertan estos espacios.

Palabras clave: Lugar, Memoria, Turismo, Patrimonio Cultural, UNESCO.

1. Introdução

O patrimônio cultural pode ser compreendido como uma forma de representação da memória e das identidades, adquirindo sentido como a teia de significados que envolvem as ações coletivas que caracterizam a dinâmica sociocultural (GEERTZ, 1989). Ao entender patrimônio como resultado da ação humana e reflexo da sociedade que o produz (MARTINS, 2006), é necessário considerar a importância que a memória, enquanto criadora do sentido de pertencimento, influencia nesse processo. É apenas através da memória comum que se amalgama o processo de reconhecimento, e são forjados sentimentos de pertencimento a partir de identificação de semelhança de certo grupo ou comunidade. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO define que,

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. [...] é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados.³

O reconhecimento do patrimônio como lugar memória está ancorado, por exemplo, nas ações públicas de preservação que determinam os sentidos e significados que irão circular nos espaços urbanos; nesse sentido, o estatuto de Patrimônio Cultural da Humanidade passa a ser

³ Fonte: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil>>.

entendido como importante estratégia de preservação e valorização dos marcos identitários de uma determinada comunidade, sobretudo, na medida em que os locais de significância histórica e cultural tornam-se alvos de investimentos para fins turísticos e recreacionais.

O presente estudo objetiva analisar o processo de patrimonialização, representação e significado cultural do centro histórico de São Luis (Maranhão), e da Praça São Francisco em São Cristóvão (Sergipe), cidades da região nordeste do Brasil (Ilustração 1), possuidoras de sítios considerados Patrimônio Cultural da Humanidade, e descrever seus valores histórico, sociocultural e turístico.



Ilustração 1 – Mapa Político do Brasil

Fonte: IBGE

O presente artigo se pautou na pesquisa bibliográfica para o aporte teórico-conceitual e de campo com observação *in loco* e observação não-participante. No estudo sobre a Praça São Francisco em São Cristóvão, também foi utilizada a análise do discurso dos agentes sociais



membros da ex Comissão Pró-candidatura. A pesquisa ainda contou com registro fotográfico e auxílio dos vídeos de divulgação e promoção de São Cristóvão a Patrimônio Cultural da Humanidade.⁴

Diante do exposto, a abordagem estrutura-se da seguinte forma: inicialmente apresenta-se uma discussão sobre as relações entre lugar, memória e patrimônio cultural, no intuito de analisar a importância das estruturas urbanas enquanto elos da memória e da identidade. Em seguida, discute-se o percurso histórico das ações públicas e discursos de preservação e revitalização dos centros históricos de São Luis e São Cristóvão, bem como sua relação com a atividade turística.

Através da pesquisa em ambos os casos estudados, se constatou que os sítios eleitos como patrimônio da humanidade, assumem valor de referência para os moradores enquanto locais de memória, identidade e pertencimento. E, tornam-se atrativos turísticos para quem visita a cidade onde estes espaços estão inseridos.

2. Lugar, Memória e Patrimônio

O patrimônio cultural enuncia os diferentes modos pelos quais os grupos sociais definiram a sua identidade, diante de várias possibilidades de viver, sentir e agir enquanto membros de uma realidade. A emergência da dimensão imaterial do patrimônio associa-o à concepção de lugar antropológico, uma vez que as diferentes sociedades se formam a partir dos símbolos que representam o espaço vivido e que são passados entre gerações sucessivas, “o lugar antropológico é a construção simbólica e concreta do espaço, que se refere à casa, às aldeias, ou seja, aos lugares que têm sentido, que são identitários, relacionais e históricos e que trazem subjacente o sentido de permanência” (AUGÉ, 1994, p.34).

Santos (1996) ao discutir a dimensão material e simbólica do espaço geográfico, define-o como um sistema indissociável de objetos e ações. Na sua visão, o espaço geográfico é constituído por formas, objetos e conteúdos, ou seja, pelo entrelaçamento de elementos fixos, ordenados no decorrer do processo de apropriação humana, e um sistema de relações sociais e legados culturais impressos ao longo dos processos históricos, a exemplo do centro antigo da cidade de São Luis.

⁴ Os vídeos em questão podem ser acessados no site *youtube*.



Esses elementos assumem determinadas funções que são projetadas pelos grupos sociais mediante suas necessidades e aspirações e as experiências que tecem com o lugar. Assim, os espaços geográficos tornam-se singulares, dinâmicos e abertos a constantes transformações. Nesse sentido, pode-se compreendê-los, ao mesmo tempo, como produto e enquanto processo, reflexo das sociedades, “[...] ainda que dois lugares possam ter os mesmos ingredientes, a disposição de suas formas pela comunidade produz algo necessariamente diferente. É quando a ordem dos fatos altera o produto. Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar” (YÁZIGI, 2004, p. 45).

Acresce-se a essa percepção, o fato do patrimônio significar a rememoração ou a lembrança da própria ação humana em diferentes tempos e lugares, “todo cidadão possui numerosas relações com algumas partes de sua cidade, e a sua imagem está impregnada de memórias e significações” (LYNCH, 1988, p.11). Aos grupos sociais, torna-se necessária a eleição de determinados marcos simbólicos que garantam o sentido de permanência e de pertencimento a uma sociedade, uma vez que, a aceleração dos contatos e a maior interdependência entre as regiões- resultantes das transformações científicas e tecnológicas e da globalização -, produzem modificações nas identidades culturais:

[...] é preciso que algo permaneça para que reconheçamos nosso esforço e sejamos recompensados com estabilidade e equilíbrio. A vida do grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade: esta ligação se desarticula quando a expansão industrial causa um grau intolerável de desenraizamento (BOSI, 1994, p.447).

Dessa forma, os seres humanos têm sentido a necessidade de criar lugares de memória (NORA, 1993), de enquadrar locais para a posteridade, numa tentativa de preservar o passado como herança das antigas populações e conservar o patrimônio cultural para as gerações futuras como no caso da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE (Ilustração 2). Através da memória intensifica-se o sentido de pertencimento dos grupos sociais a um passado ou origem comum, delimitando, nesse sentido, fronteiras sócio-culturais. A memória como suporte de informações e salvaguarda de determinadas lembranças, fatos e acontecimentos, permite aos indivíduos situarem-se em um dado contexto histórico e social, reelaborando-o, num mecanismo incessante presidido pela dialética da lembrança e do esquecimento (POLLAK, 1989).

O ato de lembrar constitui-se num campo de disputa, de legitimação de uma dada concepção de história. Nesse sentido, o patrimônio cultural consiste também na exteriorização dos conflitos e das disputas que se operam em nível simbólico entre as classes dominantes e os demais atores sociais pela afirmação de uma memória oficial por um grupo minoritário da sociedade:

[...] memória colectiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção [...]. Mas memória colectiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objectivo de poder. São as sociedades cuja memória colectiva, sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória colectiva escrita que melhor permitem compreender essa luta por dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1996, p.46).



Ilustração 2 – Praça São Francisco, “Lugar de Memória”

Foto: Ivan Rêgo Aragão

Memória e patrimônio estão inter-relacionados, uma vez que ambos quando acionados, aludem às reminiscências que conferem aos grupos sociais o sentido de pertencimento a uma determinada cultura e sociedade. A memória, segundo Le Goff (1996), não se refere somente à capacidade humana de reter informações, constituindo-se num processo permanente de

seleção e interpretação de determinadas lembranças de fatos e acontecimentos passados. Pollak (1992, p. 5) menciona que,

[...] a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

Através das feições urbanísticas, dos monumentos, casarões e prédios históricos, compreendem-se as relações sociais que se encerram nos espaços urbanos, ou seja, as experiências coletivas e pessoais que definem o envolvimento subjetivo entre homem e meio ambiente físico, por um lado, e do outro, entre o homem e a identidade. Para Castells (1999, p. 23), a identidade é um processo social, sendo definida como “fontes de significados e experiências construídas [...] a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições de poder e revelações de cunho religioso”. Tais significações são constantemente remodeladas e construídas, isto é, obedecem a processos de seleção e apropriação por parte dos grupos sociais, de acordo com determinado momento ou contexto histórico.

Acompanhando as transformações sociais e as modificações identitárias, a memória torna-se seletiva, sendo reelaborada continuamente no presente, estabelecendo com ele novas interpretações, as quais contribuem também para a redefinição das identidades individuais e coletivas. Conforme enuncia Halbwachs (1991, p. 2),

La memoria colectiva insiste em asegurar la permanencia del tiempo y la homogeneidad de la vida, como em un intento por mostrar que el pasado permanece, que nada ha cambiado dentro del grupo y por ende, junto com el pasado la identidad dese grupo también permanece, así como sus proyectos.

A concepção de patrimônio cultural enquanto elemento evocativo da memória local e nacional perpassa as ações preservacionistas, impondo um debate acerca do sentido e do significado das políticas de preservação no contexto de uma dada sociedade. Torna-se preponderante compreender que subjacente às tentativas de retorno ao passado empreendidas pelas instituições e órgãos de preservação, coexiste um amálgama de interesses políticos,



econômicos e valorativos imbricados na forma como os atores sociais concebem e interpretam o patrimônio cultural e a memória digna a ser preservada.

As instituições Pró-memória, não raro, apropriam-se e redimensionam determinados bens patrimoniais, os quais são identificados enquanto insígnias de uma memória unívoca; isso implica dizer que determinadas “características e valores são postos em destaque, enquanto que outros tantos atributos são, deliberadamente, desconsiderados, como se não tivessem importância ou se jamais tivessem existido” (PESAVENTO, 2002, p.28), excetuando-se os conflitos culturais intrínsecos a uma sociedade.

Observa-se que nas últimas décadas, muitas cidades históricas brasileiras vêm passando por um processo de transformação de significados que considera a apropriação cultural do espaço urbano a partir do fluxo de capitais, resultando muitas vezes em uma realocação estética do passado. Esse processo está pautado numa nova racionalidade: a de transformar o espaço urbano em mercadoria, por meio da construção de efeitos de sentido em relação à necessidade de preservar sustentavelmente (LEITE, 2004).

Para Maria Tereza Luchiari (2005), essa súbita valorização pelo patrimônio cultural dos espaços urbanos é revestida de um caráter muito mais capitalista, de acúmulo de riqueza e exclusão social, não interessando as questões de caráter cultural, de resgate e de pertencimento da comunidade.

A revalorização das paisagens constituídas por elementos históricos, como o patrimônio arquitetônico, tem atribuído às paisagens urbanas contemporâneas um novo sentido no campo do consumo cultural. O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar [...] (LUCHIARI, 2005, p. 95).

Scifoni tem outra visão ao perceber que, essa revalorização por locais e sítios antigos que se tem visto por todo o país, seria uma maneira do brasileiro conhecer o seu próprio patrimônio cultural, que é desconhecido para a grande maioria. Segundo a autora citada,

O interesse do turismo pelo patrimônio pode ter um significado positivo contribuindo para a sua proteção física e recuperação, além de divulgar sua importância estimulando, assim, a inserção dos bens na dinâmica social, dando-lhe uma função e retirando-os da condição de isolamento (SCIFONI, 2006, p. 5).

Nesse sentido a atividade turística, acaba por contribuir com a perpetuação da memória da população e na conservação do patrimônio cultural dentro dos lugares de atração turística e, ainda, pode auxiliar na ativação da economia local. Na concepção da autora acima citada, “o patrimônio além de outros setores da cultura tornou-se, na contemporaneidade, um poderoso instrumento na lógica da produção capitalista da cidade” (SCIFONI, 2006, p. 6).

Diante das relações de produção e consumo dos espaços urbanos pelo turismo, e da importância do patrimônio cultural na oferta turística das cidades históricas, as políticas públicas de preservação do patrimônio possuem uma ligação intrínseca com o desenvolvimento do turismo. Ao abordar a relação entre turismo e memória, Palácios (2010) assume o conceito de política de memória como um processo eminentemente comunicacional, no qual o Estado, em confronto com os demais segmentos da sociedade, aciona determinados dispositivos visando à simbolização do passado, estabelecendo por meio de programas, projetos e ações, a atribuição de valores e a construção de sentidos aos marcos urbanos.

Essa definição de política de memória coaduna-se com as reflexões sobre o patrimônio como sistema de representação advogado por Prats (2005). As ativações patrimoniais são tecidas por meio de negociações, discursos, representações e ideologias, e pela delimitação de espaços ou bens culturais a serem alvos de proteção estatal. Ambos os autores ressaltam ainda que um dos resultados das políticas de patrimonialização promovidas pelas instâncias de poder consiste na transformação e promoção dos centros históricos como atrativos turísticos.

A seguir, apresenta-se e discutem-se os modelos de gestão patrimonial de dois sítios históricos reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, a saber: o Centro Histórico de São Luís, localizado no Estado do Maranhão e a Praça São Francisco na cidade de São Cristóvão/Sergipe.

3. A Patrimonialização do Centro Histórico de São Luis/Maranhão e da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe

3.1. O programa de revitalização do Centro Histórico de São Luís/Maranhão

Com uma área de aproximadamente 220 hectares, o Centro Histórico de São Luís localiza-se no noroeste da Ilha de São Luís, no platô fronteiro à foz dos rios Anil e Bacanga. Sua



formação data do primeiro quartel do século XVII e das construções que foram sendo edificadas a partir da expansão urbana da cidade no decorrer dos séculos XVIII, XIX e início do século XX. Atualmente o Centro Histórico é formado por onze bairros – Praia Grande (Ilustração 3), Desterro, Centro, Madre-Deus, Goiabal, Lira, Apicum, Coréia, Vila Passos, Fabril, Diamante e Camboa-, estando inserido em zonas de preservação em nível federal e estadual (MARANHÃO, 1998). O conjunto tombado é formado por cerca de 5.607 imóveis, sendo 978, localizados nos 60 hectares da área de proteção federal e 4.629 imóveis na área de proteção estadual com 160 hectares.

Em épocas remotas esse sítio urbano vivenciou um período de grande vigor social e econômico, em virtude do desenvolvimento de atividades portuárias e da agricultura mercantil que caracterizavam a economia maranhense nos meados dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, a decadência da lavoura escravista e o surgimento de um incipiente parque fabril maranhense foram alguns fatores determinantes para que a opulência característica desta área amainasse, resultando já nos séculos XIX e XX, no processo de abandono e descentralização geográfica desse local, não permitindo uma “renovação urbana”, o que resultou na preservação do conjunto arquitetônico e na formação desse espaço turístico.



Ilustração 3- Bairro Praia Grande no Centro Antigo de São Luís/Maranhão

Foto: Ivan Rêgo Aragão

Observa-se que nas últimas décadas, muitas cidades históricas brasileiras vêm passando por um processo de transformação de significados que considera a apropriação cultural do espaço urbano a partir do fluxo de capitais, resultando muitas vezes em uma realocação estética do passado. Esse processo está pautado numa nova racionalidade: a de transformar o espaço urbano em mercadoria, por meio da construção de efeitos de sentido em relação à necessidade de preservar sustentavelmente (LEITE, 2004).

A materialização da pujança econômica da capital em seu conjunto arquitetônico propiciou, na década de 1940, uma série de investimentos na recuperação dos imóveis para uso familiar e ou residencial e para abrigar funções da administração pública por parte dos organismos públicos e privados, os quais já vislumbravam o seu elevado grau de atratividade para o Turismo. A atividade turística, nesse momento, passa a ser um coadjuvante na preservação do patrimônio edificado, com a criação, pelo Governo Estadual, do Departamento de Turismo e Promoções do Estado do Maranhão. O objetivo desse órgão era registrar o patrimônio de interesse turístico e propor medidas que o protegessem (GUEDES, 2001; SILVA, 1997).

Entretanto, as primeiras manifestações de real preocupação quanto à preservação do Patrimônio Cultural de São Luís datam da década de 1950-60. No ano de 1968, ocorreu o tombamento estadual da área urbana com 160 hectares. Já em 1974, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) realizou o tombamento em nível federal, beneficiando uma área de 60 hectares. Segundo Silva (2009, p. 8),

O tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís incluía os bairros da Praia Grande, Desterro e Ribeirão. A inscrição foi feita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro das Belas-Artes, ambos em 13 de março de 1974.

No ano de 1979, ocorreu a Primeira Convenção Nacional da Praia Grande, na qual “especialistas de todo o país reuniram-se para debater a proposta de revitalização do Centro Histórico elaborada pelo arquiteto John Gisiger” (ANDRÉS, 1998, p. 105).

As diretrizes que emergiram a partir desse encontro enfatizaram predominantemente a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural que determinariam diferentes expectativas em relação a essa área; buscavam promover a diversificação das atividades existentes; beneficiar a população local, inclusive nesse sentido era uma estratégia do poder



promover a cultura, preservando as características mais singulares possíveis do espaço o que implicaria em manter o cotidiano dos moradores do local.

Em 1981 foi lançado oficialmente o Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH). O Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico de São Luís (PPRCH/SL), denominado inicialmente de Projeto Praia Grande e posteriormente de Projeto Reviver, iniciou as suas atividades em 1988, as quais se materializaram, sobretudo, na restauração de prédios históricos a fim de dotar-lhes novas funções. Essas ações continuaram através da restauração de prédios, linhas de financiamento concedidas pelo governo, à promoção de eventos e atividades de lazer visando à reabilitação do lugar.

Os subprogramas elaborados a partir do I Encontro da Praia Grande foram assim delineados: subprograma de Promoção Social e Habitação no Centro Histórico de São Luís; Subprograma de Restauração do Patrimônio Artístico e Arquitetônico; Sub-programa de recuperação da Infraestrutura e serviços públicos; Subprograma de Prédios Públicos no Centro Histórico; Subprograma de incentivo as atividades de Turismo Cultural; Subprograma de revitalização das atividades portuárias; Subprograma de Recuperação do Patrimônio Ambiental Urbano; Subprograma de Recuperação da Arquitetura Industrial (SILVA, 1997). A questão habitacional, um dos componentes do programa de revitalização, não foi resolvida.

As políticas patrimoniais constroem representações de lugar por meio das práticas que instauram, edificando sentidos identitários aos lugares. Elas representam de modo simbólico, uma face dos processos de realocização e consolidação das tradições, “cujos projetos de preservação arquitetônica e intervenção urbana reinventam centralidades tradicionais da nação, região e cidade” (LEITE, 2004, p.39).

A política de memória adotada inclui a articulação de recursos federais, estaduais e municipais. Mediante o PPRCH/SL, o novo Centro Histórico deveria, então, ser um exemplo cristalizado a ser expandido para o restante da cidade, como forma de aliar desenvolvimento e manutenção da herança. É a propagação de um discurso que condiciona história aliada ao desenvolvimento, relacionando passado e futuro, herança e modernidade. Enquanto símbolo, o patrimônio cultural passou a assumir um caráter de continuidade, evocando uma leitura particularizada da identidade local, regional ou nacional. A partir da noção de patrimônio



como bem coletivizado, criam-se “as condições de uma memória que se vincula a certos lugares e contribui para reforçar o seu caráter sagrado” (AUGÉ, 1994, p.58).

Na primeira fase do programa, o projeto Praia Grande (1980-1982), caracterizou-se pela realização de obras no Largo do Comércio e adjacências. No ano de 1983, o trabalho de recuperação e preservação foi interrompido por falta de verbas, intensificando-se as pesquisas históricas (ANDRÉS, 1998), e sendo retomado no ano de 1987, agora com a denominação de Projeto Reviver.

Durante a segunda fase do programa (1987-1990), foram realizadas intervenções urbanas e viárias de forma prioritária no bairro da Praia Grande, com a proibição da circulação de veículos de carga ou passageiro nas ruas recuperadas pelo projeto, através do decreto nº 11.013, de 27 de Dezembro de 1988:

[...] devido à amplitude do Centro Histórico (220 ha-3.500 edificações) e a inexistência de recursos para imediato tratamento do mesmo como um todo, definiu-se pela sua significância e tradição, a área da Praia Grande, propriamente dita (Largo do comércio e suas adjacências) como sendo aquela que abrange em todos os aspectos, as características marcantes do Centro Histórico (ANDRÉS, 1998, p. 223).

Os recursos estaduais foram revertidos na aquisição de prédios para funcionamento de órgãos públicos e recuperação das redes de água e esgoto, energia elétrica e telefonia, além da reestruturação de ruas e calçadas. Essas iniciativas atingiram uma área de 12 ha, abrangendo cerca de 200 imóveis.

Inicia-se, no período de 1991-1994, a terceira fase do PPRCH/SL, na qual foram realizadas obras de restauração, reforma, ampliação e adaptação, além da elaboração de um projeto piloto de habitação no Centro Histórico, cuja realização deu-se posteriormente. Essa etapa contou com o apoio de recursos externos, através de convênio do Brasil com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.

A última fase do PPRCH inicia-se em 1996 e estende-se até 1999, segundo Silva (1997). As obras nesta fase são pontuais, voltando-se principalmente para locais isolados do centro histórico e alguns fora dele. Em 1994, é realizado o Projeto Piloto de Habitação do centro

histórico, a recuperação de um prédio para a moradia de famílias de baixa renda, e que continua até hoje único.

No período de 1994-2002, buscaram-se convênios externos para financiamento das obras complementares para a continuidade do PPRCH, inicia-se então em 1995 um período distinto dentro da quarta fase que se estende até 1996. As primeiras ações restringem-se aos melhoramentos feitos na cidade, mas que atingem, sobretudo, o Centro Histórico mais precisamente a área da Praia Grande. É nesse período, marcado pelo surgimento do Programa de Ação para o Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR), que se vêem articular as políticas de preservação a um nítido interesse econômico representado pelo desenvolvimento da atividade turística (GUEDES, 2001).

O conjunto de ações lançou uma forte base para a elaboração de um dossiê de candidatura de São Luís para a obtenção do título de cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, concedido pela UNESCO, no ano de 1997. Dessa forma, na cidade de São Luís, as campanhas visando à inclusão de Centro Histórico de São Luís na lista de bens considerados como Patrimônio da Humanidade iniciaram-se em 1996, e destacavam o passado como símbolo de uma memória capaz de sustentar a identidade local. Os bens culturais que estariam na salvaguarda do poder público estadual refletem a opção pela monumentalidade, a exemplo do que ocorreu no âmbito nacional. Nesse relato, temos uma configuração de que memória deveria ser preservada: a da elite maranhense, empobrecida depois da abolição da escravatura e também devido o declínio dos produtos agrícolas maranhenses no mercado mundial, com destaque para o algodão.

O processo de revitalização é um mecanismo de preservação do patrimônio de cidades históricas e inclui a produção de novos cenários, de novas paisagens, com a articulação entre a tradição e a modernidade, como via de construção da cidade-imagem, signo central em um mundo globalizado. Dentre as ações que melhor se adéquam à idéia de revitalização talvez fosse a de multiplicidade de usos, inclusive por meio de um planejamento habitacional do Centro Histórico que poderia ser resolvido com a reforma e adaptação digna dos casarões abandonados no intuito de estes servirem de moradia às famílias de baixa renda.

A revitalização do Centro Histórico de São Luís vem incorporando novos valores e significados que se refletem em novos usos do patrimônio cultural, o que se traduz no

processo de turistificação do centro histórico. A exemplo de outros bairros históricos - como o Pelourinho, na Bahia, e Recife Antigo, em Pernambuco -, o bairro da Praia Grande interpõe-se como espaço descontextualizado da dinâmica social contemporânea e, em alguns casos, sofrendo processo de descaracterização do acervo arquitetônico.

Como parte integrante desse processo, observa-se a valorização de determinados bens patrimoniais em locais estratégicos, o remanejamento da população tradicional para áreas mais afastadas da Praia Grande, assim como o escamoteamento das intempéries sociais e econômicas presentes no entorno dos bens culturais. Na visão de Choay (2001), essa estratégia desencadeia uma *mise-en-scène*, que implica, nesse caso, numa imagem exacerbada, implicitamente maquiada e, portanto, estilizada do patrimônio cultural.

O Centro Histórico foi em grande parte recuperado; as ruas foram calçadas, muitos casarões reformados, prédios públicos refuncionalizados. Embora as diretrizes do Programa de Revitalização incluam aspectos importantes no que concerne à promoção do desenvolvimento sócio-econômico local, na sua aplicabilidade, a eficácia não foi alcançada;

Torna-se ainda expressivo o número de mendicantes e de famílias morando em prédios deteriorados e em condições degradantes, os quais já se faziam presentes antes do processo de revitalização. Na área revitalizada, coexistem ainda imóveis abandonados pelos antigos moradores e que poderiam ser revitalizados por meio de ações de cunho social, turístico e cultural com repercussões positivas na revalorização do espaço urbano.

Conforme analisado anteriormente, o programa de preservação do Centro Histórico de São Luís foi sendo implementado por etapas ao longo de quase duas décadas e, apesar dos diferentes governos estaduais que deram apoio político e financeiro às ações do programa, a base dos projetos se manteve a mesma, isto é, aquela gestada pela equipe técnica de elaboração da proposta, o que garantiu a unidade de diretrizes e de objetivos. Entretanto, pode-se dizer que algumas das propostas – relacionadas às intervenções físicas – foram sempre priorizadas em detrimento de outras, de caráter social em prol de trabalhadores e moradores da área:

É dessa forma que os centros históricos tombados e refuncionalizados para o uso exclusivo do turismo cultural perdem a vitalidade original e deixam de ser o lócus da liberdade, da diversidade e da criatividade. Ficam os objetos e



vão-se os sentimentos de pertencimento que lhes davam sentido, porque a esperança das pessoas gira em torno de determinados lugares carregados de histórias e símbolos. Não podemos afastá-los de seus territórios sem que isso pareça um etnocídio (BONNEMAISON, 2002, p.108).

Embora no âmbito do Programa de Preservação e Revitalização do Centro Histórico - PPRCH ações sócio-educativas e de inclusão social estivessem previstas, as intervenções realizadas, durante esse período, detiveram-se na restauração de prédios históricos; as propostas de sensibilização comunitária e de educação patrimonial, quando efetivadas, revelaram-se ações pontuais que necessitavam de uma maior sistemática, assim como de uma gestão compartilhada entre os órgãos públicos, o empresariado e a comunidade local visando à conservação e integridade do patrimônio cultural de São Luís.

No relacionamento entre turismo e patrimônio cultural, a supressão de determinados referenciais necessários para a contextualização dos moradores aos lugares de vivência e convivência, e o esvaziamento dos conteúdos culturais de bens revitalizados para o turismo repercute no estranhamento dos moradores em relação a esses espaços, fato que pode vir a configurar uma não-relação de que trata Carlos (2002). Na discussão do valor atribuído ao patrimônio cultural por atores sociais e entidades públicas, Tamaso (2006, p. 04) menciona que,

[...] nem sempre o valor atribuído, pelo grupo portador, ao bem cultural corresponde ao valor atribuído pelas instituições oficiais de preservação. A pluralidade de valores e significados, somados ao não reconhecimento dos valores locais é uma questão que nos remete aos debates da relação e da complementaridade dos valores materiais e imateriais de todas as coisas, recorrentemente obnubilados pelas (e nas) políticas públicas de preservação, que se fundamentam no instituto do tombamento.

A articulação entre a gestão patrimonial e o uso turístico de áreas revitalizadas consiste em promover a multiplicidade de usos do espaço urbano, o incentivo às atividades artísticas e culturais, a criação de espaços públicos funcionais e interculturais, onde as comunidades possam desenvolver práticas de sociabilidade diversas, propiciando a reflexividade nas relações entre moradores e turistas e o favorecimento das identidades locais caracterizadas pelo espírito do lugar (PEIXOTO, 2003).

O processo de flexibilidade também é abordado por Jeudy, que o entende como uma estratégia que confere um sentido e uma finalidade às ações de preservação patrimonial.

Segundo o autor, esse processo consiste em promover a visibilidade pública dos patrimônios e dos locais, assegurando a estrutura simbólica de uma determinada sociedade,

Para que exista um patrimônio reconhecível, é preciso que ele possa ser gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos, reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura (JEUDY, 1999, p. 19).

De acordo com Leite (2004), um espaço urbano torna-se um espaço público quando há um entrelaçamento entre as configurações espaciais e um conjunto de ações que permitam uma relação social e política entre seus frequentadores, na medida em que lhe confere uma dimensão de singularidade e cria um sentido de pertencimento daquele espaço urbano em relação à comunidade local.

Mediante a análise das ações que foram realizadas no âmbito do Programa de Revitalização do Centro Histórico de São Luís, infere-se que não ocorre uma relação entre os espaços físicos revitalizados ou aqueles que estão sendo alvos de políticas de preservação no que concerne às relações sociais e culturais, ao cenário da vida cotidiana dos agentes que ali convivem, circulam, trabalham e usufruem do patrimônio e das manifestações da cultura local.

3.2 Revitalização e discurso de lugar de memória da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe

O núcleo urbano de São Cristóvão está localizado há 26 km da capital Aracaju na região nordeste do Brasil. Por já ser criada com o *status* de cidade, ela é considerada a quarta urbe mais antiga do Brasil, ficando respectivamente atrás de Salvador, Rio de Janeiro e João Pessoa (antiga Filipéia Nossa Senhora das Neves). Palco do início das lutas travadas para se tornar independente da Bahia, foi construída sobre um modelo urbano ibérico em dois planos: cidade alta, com sede do poder civil e religioso, e a cidade baixa com o porto, as fábricas e a população de baixa renda.

Como herança da época do Brasil colônia e império, a cidade de São Cristóvão possui um legado composto de bens culturais oriundos desses períodos. Com um acervo de caráter predominantemente histórico, a cidade possui objetos de arte sacra nas igrejas e conservados dentro dos museus, além de espaços e construções seculares. Na arquitetura, destaca-se o



conjunto colonial da Praça São Francisco e da Praça do Carmo. Ainda verifica-se na cidade, a existência de grupos de folguedos populares, manifestações da religiosidade popular e tradição na culinária dos doces.

Galvão Júnior elaborou uma análise da Praça São Francisco, que passou pelo estudo e aprovação para receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Em seu texto o autor comenta que,

[...] a Praça integra o conjunto histórico, urbanístico e arquitetônico de São Cristóvão ao agregar-se ao casario e outros monumentos sobre o traçado urbano acumulado desde sua origem, e, assim, pode ser descrita como sítio urbano integrante e representativo do processo cultural composto nos diversos períodos históricos da vida local e da região nordeste brasileira [...] (GALVÃO JUNIOR, 2007, p. 2).

A primeira construção da Praça São Francisco foi o prédio que abriga a Igreja e do Convento de Santa Cruz. Fundado em 1657, a edificação é popularmente conhecida como convento de São Francisco. Posteriormente foram edificadas a capela da Ordem Terceira da Irmandade, a Santa Casa e a Igreja da Misericórdia e o Palácio dos Governadores. Com os prédios edificadas ao redor do espaço público,

A Praça São Francisco apossou-se solenemente da hegemonia referencial para os sergipanos, ao mesmo tempo em que relativizou e distribuiu essa escala de importância entre os três vértices do triângulo formado pelo Convento de S. Francisco, o do Carmo e pela Matriz, coadjuvados pelas demais obras civis, religiosas e, por fim, pelo próprio conjunto urbano (GALVÃO JUNIOR, 2007, p. 19).

A Praça São Francisco foi no passado, e ainda é no presente, o cenário das mais variadas festas. As comemorações religiosas, através do convento de São Francisco, da Ordem Carmelita e “religiosos de tantas irmandades católicas”, com as quermesses, missas campais e procissões, fazem desse espaço manifestação de fé e devoção da religião cristã. Da Praça São Francisco sai a Procissão do Fogaréu na quinta feira da Semana Santa. É na praça que acontece o ápice da Festa ao Nosso Senhor dos Passos, com a Procissão do Encontro quinze dias após o carnaval.

Como principal espaço cultural da cidade, a Praça São Francisco é um dos palcos para as apresentações dos grupos de folguedos populares. Além da influência ibérica, a cultura popular de São Cristóvão também recebeu referências dos saberes oriundos dos africanos e indígenas. Pelos ritmos, passos, cores e sons são visíveis os traços das culturas portuguesa, espanhola, africana e ameríndia nos folguedos do Reisado, São Gonçalo, Samba de Coco, Caceteira, Batalhão de São João, Taieiras e Bacamarteiros. O patrimônio imaterial ganha relevo na Praça São Francisco.

Foi a partir do ano de 2006 que teve início o processo de reivindicação junto a UNESCO, para a Praça São Francisco receber o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. O município de São Cristóvão fez parte do Programa Monumenta,⁵ um projeto do Ministério da Cultura, com o apoio técnico da UNESCO e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além do projeto de restauração de alguns edifícios públicos, religiosos e algumas residências particulares, retirou os postes, fios elétricos e telefônicos, para serem substituídos por uma rede subterrânea. Essa iniciativa teve a finalidade de despoluir visualmente a área do centro histórico, espaço que contempla a Praça São Francisco. Sobre a descrição do Bem, o texto do Brasil (2007, p. 11) menciona que,

[...] o Conjunto Arquitetônico da Praça e do Convento de São Francisco é um dos mais expressivos remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e pelas Irmandades consorciadas na Colônia Portuguesa do Brasil. Em São Cristóvão, a ampla praça criada à frente da igreja obedece ou é influenciada pela Lei IX das Ordenações Filipinas.

O relatório enfatiza na declaração que foi dirigida a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, o valor histórico, arquitetônico e sociocultural da Praça, onde:

As formas e estilos arquitetônicos caracterizam a cultura e a sociedade da região na época de sua implantação e expressam hoje nos seus usos uma adaptação exemplar à evolução da cidade. A Praça ilustra com excepcional vitalidade um espaço público aberto, íntegro em sua configuração urbana no decorrer de quatro séculos, adaptado aos usos cotidianos e esporádicos,

⁵ “Busca conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Ele atua em cidades históricas protegidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Sua proposta é de agir de forma integrada em cada um desses locais, promovendo obras de restauração e recuperação dos bens tombados e edificações localizadas nas áreas de projeto. Além de atividades de capacitação de mão-de-obra especializada em restauro, formação de agentes locais de cultura e turismo, promoção de atividades econômicas e programas educativos”. Fonte: <http://www.monumenta.gov.br>.

como local de manifestações culturais e comemorações que acompanham a evolução e os costumes da sociedade (BRASIL, 2007, p. 12).

Para Silva Filho, as praças no centro antigo de São Cristóvão têm um valor de destaque. O autor citado enfatiza a Praça São Francisco, onde em quatro séculos de história,

[...] a memória dessa praça passa a fazer parte do imaginário dos moradores: colonizadores despossuídos rogam auxílio às portas da Misericórdia, assim como os órfãos, as viúvas e tantos infelizes; [...] franciscanos arrematam trabalhadores para a construção de um convento; frequentemente, solenidades garbosas marcam posse de capitães-mores e ouvidores [...]. Povo, poder e clero deixam suas pegadas na Praça São Francisco [...] (SILVA FILHO, 2007, p. 3).

O Dossiê enviado a UNESCO também destacou o espaço da praça e suas construções, comparando a sua formação e configuração arquitetônica com outros conjuntos franciscanos em cidades históricas do nordeste, a exemplo de Penedo, Marechal Deodoro em Alagoas, Recife e Olinda em Pernambuco.

O conteúdo da documentação está alinhado aos discursos de alguns moradores que reivindicaram a marca dada pela organização internacional. Para Thiago Fragata, historiador e diretor do Museu Histórico de Sergipe e que foi o presidente da ex Comissão Pró Candidatura da Praça São Francisco, três argumentos endossaram o pleito:

A Praça é uma herança da aplicação dos antigos códigos filipinos. Sergipe surgiu naquele período em que se costuma chamar União Ibérica em que Portugal e seus domínios eram de domínio hispânico; A Praça permaneceu como cenário das manifestações do poder administrativo, religioso e, principalmente, das manifestações do povo: do carnaval, dos festejos juninos e das manifestações do folclore, sobretudo; A Praça é circundada por grandes obras do barroco nordestino, a exemplo do Convento de São Francisco, da antiga Santa Casa de Misericórdia e do antigo Palácio Provincial (VÍDEO PROMOCIONAL DA COMISSÃO PRÓ CANDIDATURA, 2009).

A Diretora da Casa do Folclore Zeca de Noberto enquadra a praça como o centro dos acontecimentos e dos festejos na cidade, e os vincula, ao patrimônio imaterial das danças e folguedos. Ela menciona que:



A praça tem um caráter festivo, é daqui onde começa tudo, é aqui que passa as festas, é aqui que saem os cortejos, é daqui que a gente vai para os lugares (os grupos folclóricos), é aqui que se concentra o todo: das festividades, das manifestações populares, dos carnavais, do São João, enfim, aqui é o centro de tudo (VÍDEO PROMOCIONAL DA COMISSÃO PRÓ CANDIDATURA, 2009).

A cidade de São Cristóvão passou por duas fases, dentro do processo de reivindicação junto a Unesco. No primeiro momento foi criado um documento denominado “Dossiê com a proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial” em parceria com as três instâncias governamentais: o IPHAN, órgão federal responsável pelos processos jurídicos de tombamento e registro do patrimônio cultural no país; o governo estadual representado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e a prefeitura municipal. Esse dossiê contém os estudos sobre a história e geografia, trama urbana, análises técnicas e artigos. Sobre a descrição do perímetro em questão, o Brasil (2007, p. 8) menciona que:

O Conjunto Arquitetônico da Praça e do Convento de São Francisco é um dos mais expressivos remanescentes dentre os que foram edificados pela Ordem Franciscana e pelas Irmandades consorciadas na Colônia Portuguesa do Brasil. Em São Cristóvão, a ampla praça criada à frente da igreja obedece ou é influenciada pela Lei IX das Ordenações Filipinas.

Na segunda fase o Comitê sugeriu uma maior participação dos moradores no processo de candidatura da Praça São Francisco. Houve o envolvimento da população local com campanhas de despoluição do rio Paramopama, campanhas de educação patrimonial nas escolas e a implantação do projeto “música na igreja”. Este projeto que teve a iniciativa da Secretaria Estadual do Patrimônio Cultural (Subpac), levou música clássica e medieval para concertos dentro das igrejas da cidade, buscando trazer a população local e o visitante aos monumentos para sensibilizá-los sobre a importância do patrimônio edificado.

Embora não tenha recebido o título em 2008, no site oficial do Iphan encontrasse está documentado que na 32ª Sessão do Comitê de Patrimônio Mundial da Unesco realizada de 02 a 10 de julho do mesmo ano na cidade de Québec/Canadá, ficou registrado o apoio do Comitê Espanhol que se tornou parceiro à reivindicação. O site expôs que:

A delegação espanhola apresentou ao Comitê o valor do sítio histórico de São Cristóvão como resultado das ordenações filipinas e portanto, espanholas, em terras de domínio português, e um exemplo material único do momento histórico em que Portugal e Espanha estiveram unidos em sob uma mesma coroa. Todos os Estados reconheceram os valores excepcionais do Sítio e acolheram a proposta de mudar o status da avaliação, para "referral". [...].⁶

O relatório dirigido a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2007, p. 10), faz uma declaração do valor histórico, arquitetônico e sociocultural da praça, quando menciona que,

[...] as formas e estilos arquitetônicos caracterizam a cultura e a sociedade da região na época de sua implantação e expressam hoje nos seus usos uma adaptação exemplar à evolução da cidade. A Praça ilustra com excepcional vitalidade um espaço público aberto, íntegro em sua configuração urbana no decorrer de quatro séculos, adaptado aos usos cotidianos e esporádicos, como local de manifestações culturais e comemorações que acompanham a evolução e os costumes da sociedade.

Constata-se pelo teor dos discursos da delegação espanhola e Dossiê, e nas falas do historiador e da diretora da casa de folclore, a relevância em colocar a Praça como lugar de memória e, como defende Nora (1993), um lugar nas dimensões: material, simbólico e funcional. Esse "lugar de memória" está na pauta das discussões, e no dia primeiro de agosto de dois mil e dez recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, reconhecido como construção exemplar, a partir de elementos da urbanização espanhola em terras da colônia portuguesa.

4. Considerações Finais

No percurso teórico sobre as políticas de preservação do Centro Histórico de São Luís e da análise do Dossiê de candidatura da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe, ao título de Patrimônio da Humanidade, tornou-se possível verificar que o legado cultural que se constituiu ao longo do tempo permitiu às áreas estudadas a valorização dos referenciais da memória e da identidade local, ao tempo em que desencadeou um processo de promoção

⁶ Fonte: <www.iphan.gov.br>.



econômica e sociocultural por meio do turismo, do qual ainda são vivenciados os seus desdobramentos.

A resignificação do centro histórico de São Luís como elemento de atratividade turística conduz ao estabelecimento de novas relações entre a comunidade e os bens patrimoniais, produzindo novas territorialidades que afetam em maior ou menor grau o cotidiano do lugar. Ainda, as discussões acerca da problemática da sustentabilidade urbana inserem a atividade turística no campo das disputas em torno da cenarização do patrimônio cultural como bem de consumo, sinalizando a necessidade de se promover maior diálogo entre o planejamento turístico e o planejamento urbano, no sentido de orientar as ações e minimizar os impactos negativos dessa atividade.

Por outro lado, a discussão sobre o processo de patrimonialização da Praça São Francisco em São Cristóvão/Sergipe permitiu identificar por meio do discurso dos representantes oficiais de preservação, as tensões e as disputas simbólicas em torno da apropriação do patrimônio cultural, e, por extensão, da imagem e memória do referido sítio histórico. Durante, e, mesmo após o local receber o título de uma área que possui um patrimônio de interesse global, as questões sobre a infraestrutura turística como hospedagem e restauração alimentar ainda são inexistentes no caso de São Cristóvão. Sendo uma discussão necessária sobre o interesse da comunidade em receber o visitante e o *trade* produzir um produto de consumo turístico. É visível o potencial do lugar para desenvolver o turismo segmentado na cultura, porém a conquista do título de Patrimônio Cultural da Humanidade é o início de um longo processo de profissionalização para receber o visitante, partindo do interesse do morador em mostrar à cidade.

Dentro desse contexto, o processo de patrimonialização da Praça São Francisco e o seu logro em se tornar Patrimônio Cultural da Humanidade, contribui para despontar como atrativo turístico. Lugar para transmitir aos visitantes, aspectos da memória, cultura e história sergipana, levando turistas aos espaços singulares vinculados aos processos sociais, políticos e culturais próprios da localidade visitada. O título concedido pela UNESCO certifica e divulga o sítio, como espaço de interesse e que, recomenda-se, ser conhecido por todos.

Em ambos os estudos de caso, verificou-se a necessidade de se estabelecer planos e programas de recuperação de conjuntos arquitetônicos que favoreçam o estreitamento de

vínculos afetivos entre a população residente, o patrimônio e o visitante; ações de valorização da memória e da identidade local e de difusão das expressões populares, além da continuidade de projetos sócio-educativos para a interpretação do patrimônio local para a comunidade residente e flutuante. Auxiliando na sustentabilidade cultural do patrimônio, promovendo e conciliando novos usos e significados que o patrimônio adquire nas sociedades contemporâneas. Dentre eles, como espaços de referência para novas abordagens educativas, como atrativo turístico e como local para o reconhecimento de si. Percebemos que os pontos de interseção entre os dois lugares estudados estão no processo de patrimonialização nas três instâncias (estadual, federal e internacional), inerente a um sítio histórico de reconhecido valor internacional, bem como a sua valorização como paisagem de memória para gerações futuras.

Referências

- ABREU, Regina; GHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- ANDRÉS, Luiz Felipe de C. C. et al. **Centro Histórico de São Luís – Maranhão**: patrimônio mundial. São Paulo: Audichoromo, 1998.
- AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Introdução à uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDHAL, Z. (Orgs.). **Geografia Cultural** n.3. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2002.
- BRASIL. **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil. Título VIII da Ordem Social. Capítulo III. Da Educação da Cultura e do Desporto**. Disponível em <http://www.cultura.gov.br/legislação/constituição>. Acesso em 11 de agosto de 2009.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- GALVÃO JUNIOR, José Lima. Análise da Evolução Morfológica do Espaço Urbano. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM. p. 1-21.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1989.

- GUEDES, Klautenes Dellene. **Políticas de preservação do Centro Histórico de São Luis. 2001.** Dissertação (Mestrado em História – PPGH). Universidade Federal de Pernambuco, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. Fragmentos de la memoria colectiva. In: **Revista de Cultura Psicológica.** Año 1, numero 1, Mexico: UNAM- Faculdade de Psicologia, 1991.
- JEUDY, Henry Pierre. **Espelhos das cidades.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1990.
- KOGA, Dirce. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Unicamp, 1996.
- LEITE, Rogério P. **Contra-usos da cidade:** lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea. São Paulo: Ed. Unicamp, 2004.
- LEMOS, Carlos. **O que é patrimônio.** São Paulo: Brasiliense, 2000.
- LUCHIARI, M^a. Tereza Duarte Paes. A Reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. In: **Geosp – Espaço e Tempo,** São Paulo, N^o 17, 2005. p. 95-105.
- LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MARANHÃO. **Diretrizes para regulamentação do Plano Diretor para o Centro Histórico.** IPLAM/PMSL, São Luís, 1998.
- _____. **Projeto Praia Grande.** São Luís: Seplan, 1981, p.28.
- MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, C. **Patrimônio cultural:** da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006. p. 39-50.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Revista Projeto História.** São Paulo: Pontifica, Universidade Católica, n^o 10, 1993. p. 7-28.
- NUNES, M^a. Thétis. A Cidade de São Cristóvão na Formação da História Sergipana: da Colônia a nossos dias. In: **Proposição de inscrição da Praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial.** Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM. p. 1-26.
- PALACIOS, Cecilia. Turismo y memoria. Reflexões teórico metodológicas sobre el espacio para la memoria – Buenos Aires, Argentina. In: **Estudios y perspectiva en Turismo.** V. 19, 2010. p.268-278.
- PEIXOTO, Paulo. **Centros Históricos e sustentabilidade cultural das cidades.** Texto apresentando “A cidade entre projectos e políticas”. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2003. Disponível em: http://www.ler.letras.up.pt/ficheiros/artigos_8511. Acesso em 09 de novembro de 2010.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Memória, história e cidade: lugares no tempo, momentos no espaço. In: Universidade Federal de Uberlândia. **Revista do Núcleo de Estudo em História Social da Arte e da Cultura.** n.4, vol 4, 2002. p. 23-35.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro v2, n. 3, 1989. p. 3-15.
- _____. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, vol. 5, n^o 10, 1992. p. 200-212.
- PRATS, Llorenç. Concept y gestión del patrimonio local. In: **Cuadernos del Antropología Social.** N^o 21, 2005, p. 17-35.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCIFONI, Simone. A Unesco e os patrimônios da humanidade: valorização no contexto das relações internacionais. In: JACOBI, P; FERREIRA, L. da C. (Orgs.). **Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, João R. C. O processo de patrimonialização do centro antigo de São Luis: práticas patrimoniais desenvolvidas pelo poder público. In: **Anais do XXV Simpósio Nacional de História: Fortaleza**, 2009, p. 1-10.

SILVA, R. de A. **Proposta do Governo do Estado do Maranhão para inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO**. São Luís: 1997.

TAMASO, Izabela. **A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios...** Brasília: Série Antropologia, 2006.

TELLES, Augusto Silva. São Cristóvão: urbanismo e arquitetura. In: **Proposição de inscrição da praça São Francisco em São Cristóvão/SE na lista do patrimônio mundial**. Aracaju: Secretaria do Estado da Infra-Estrutura, IPHAN, Prefeitura Municipal de São Cristóvão, 2007. CD-ROM. p. 1-19.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. (Orgs.). São Paulo: Manole, 2006.

YÁZIGI, Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2004.

Recebido em: 28/07/2011 (1ª versão) 29/08/2013 (última versão)

Aprovado em: 06/11/2013